

Brasil

<Denominação do Projeto> (BR-LXXXX)

APÊNDICE I - Análise de Risco (v. POD)

Modelo PROFISCO – ROP Anexo XXIII

Textos descritos em itálico são do POD, atualizados na Missão de Análise

					<i>UTILIZAR PARA POD/PAL</i>	
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>	
I Nível de Risco do País						
Contexto Macroeconômico	O cenário macroeconômico do Brasil apresenta uma perspectiva favorável para os próximos anos. Seu elemento central é a consolidação da qualidade da política econômica e a sua previsibilidade. Cabe registrar: a drástica redução do risco país (178 pontos em fevereiro de 2007) e a competente gestão da dívida pública. A dívida externa pública encontra-se, atualmente, no seu nível mais baixo desde o ano de 1947.	1	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Brasil -2007 (2) Memorando de Programação e Carteira – 2007 (2) 	<i>Não são necessárias ações de mitigação. As condições macroeconômicas estão mantidas e o risco país continua no seu nível mais baixo.</i>	<i>1</i>	
Governabilidade e ambiente político	O término da execução do projeto está previsto para o ano de <.....>. Assim, o <.....> ano de execução estaria dentro do <.....> ano da nova administração federal e estadual e poderia resultar em atrasos na execução do Projeto.	1	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Brasil -2007 (2) Memorando de Programação e Carteira – 2007 (2) Legislação Eleitoral Brasileira 	<i>A Lei Estadual Nº XXXXX de <data> determinou a inclusão do Projeto no PPA e nos orçamentos anuais durante todo o prazo de execução do Projeto, cuja vigência está prevista para o período de <período>.</i>	<i>1</i>	
Aspectos fiduciários do País	A estratégia de país não indica existência de risco fiduciário. O Brasil conta eficientes mecanismos de controle do uso de recursos públicos, eficiente e transparente sistema de controle externo e instituições consolidadas para a gestão de recursos públicos como Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Controladoria Geral da União (CGU), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Tribunal de Contas da União (TCU).	1	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Brasil -2007 (2) Memorando de Programação e Carteira – 2007 (2) Country Financial Accountability Assessment 2002 (2) 	<i>Não são necessárias ações de mitigação</i>	<i>1</i>	
II. Riscos Específicos do Setor e da Operação						
Apropriação pelo Estado e prioridade do Projeto	O <Mutuário> adotou as seguintes providências: (i) solicitou e obteve recomendação favorável da COFIEX, em <.....> para preparação junto ao BID de um Projeto para modernização da gestão fiscal, no âmbito da Linha de Crédito CCLIP-PROFISCO; (ii) incluiu o valor do Projeto no Programa de Ajuste Fiscal do Estado (PAF); (iii) preparou solicitação de autorização legislativa para a operação; (iv) designou equipe de projeto com pessoal de planta experiente, que participou na	2	<ul style="list-style-type: none"> Carta consulta aprovada pela COFIEX.(3) Equipe de Projeto constituída por servidores públicos e envolvida na sua preparação.(3) 	<i>Lei Estadual Nº XXXXX autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito e determinou a inclusão do Projeto no PPA e nos orçamentos anuais durante todo prazo de</i>	<i>1</i>	

UTILIZAR PARA POD/PAL					
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>
	execução do PNAFE. As seguintes providências ainda carecem de finalização: (i) inclusão do Projeto no Plano Plurianual (PPA); (ii) alocação dos recursos de financiamento e contrapartida no Orçamento Anual (LOA).			<i>execução do Projeto. A Lei também autorizou a vinculação para efeito das garantias e contra garantias</i>	
Governabilidade e ambiente político do setor	Baixa capacidade para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional n.42/03 que determinou maior integração entre os fiscos.	1	<ul style="list-style-type: none"> • Emenda Constitucional n.43/03 (2) • Plano Estratégico concluído, sendo implementado (2) 	<i>O <Mutuário> assinou todos os convênios da integração no âmbito do CONFAZ. O <Mutuário> assinará convênio com o CONFAZ, para participar de ações nacionais de integração, cooperação e compartilhamento do PROFISCO.</i>	<i>1</i>
Políticas setoriais e instituições	O <Mutuário> está aderindo ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e ao Cadastro Sincronizado Nacional (CSN), com a finalidade harmonizar procedimentos, intercambiar base de dados e integrar o cadastro estadual ao cadastro nacional, como elementos de apoio à reforma tributária. Essas iniciativas estão sendo coordenadas pelo Ministério da fazenda e pela Receita Federal do Brasil.	1	<ul style="list-style-type: none"> • Emenda Constitucional n.43/03 (2) • Decreto nº 6.022/07 que instituiu o SPED (2) • Protocolos de cooperação técnica entre o Governo Federal e os Estados, para desenvolvimento de projetos integrados. (2) 	<i>No Projeto, constam as seguintes ações de integração nacional:</i>	<i>1</i>
Aspectos técnicos e de desenho	Hipóteses desfavoráveis: (i) que o desenho técnico do Projeto não considere as lições aprendidas do PNAFE; (ii) que o Projeto não esteja alinhado com o Marco de Referência do PROFISCO; (iii) que o Projeto não seja apropriado pela equipe do governo.	1	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Avaliação do PNAFE/PE (PCR) (2) • Diagnóstico Institucional-Fiscal, concluído (3) • Análise de Risco do Projeto realizada (3) 	<i>O Desenho técnico do Projeto considerou: Lições aprendidas do PNAFE e Diretrizes e recomendações Técnicas do ROP - PROFISCO. O Projeto utilizou uma metodologia participativa e ferramentas de apoio à elaboração de projetos, procurando integrar a fase de desenho com a de execução, baseando-se em análise de risco, além de contar com pessoal qualificado do quadro permanente do Mutuário.</i>	<i>1</i>

UTILIZAR PARA POD/PAL					
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>
Capacidade de implementação e sustentabilidade	Baixa experiência em monitoramento e avaliação de Projetos.	2	<ul style="list-style-type: none"> Durante a Missão de Orientação os técnicos da SEFAZ demonstraram preocupação com a capacidade da Secretaria em monitorar e avaliar Projetos. (1) 	<p><i>Elaboração da Sistemática de Monitoramento e Avaliação em conjunto com a Equipe de Projeto.</i></p> <p><i>Adicionalmente, o Projeto aloca recursos específicos para apoiar o processo de monitoramento e avaliação e o seu arranjo institucional contempla uma Unidade dedicada ao Monitoramento e Avaliação de Resultados.</i></p>	1
Gestão financeira e auditoria	A Análise de Risco efetuada apontou a ocorrência de percepção de risco na	2	<ul style="list-style-type: none"> Análise de Risco do Projeto realizada (3) 	<p><i>Haverá monitoramento constante dos aspectos da gestão fiscal do Estado que possam afetar o desempenho do Projeto.</i></p> <p><i>Ações específicas do Projeto:</i></p>	1
Aquisições	A análise de risco também indicou (percepção de risco) que	2	<ul style="list-style-type: none"> Análise de Risco do Projeto realizada (3) 	<p><i>Inclusão no Projeto, de</i></p> <p><i>Realização de capacitação para a Equipe de Projetos em Políticas e Procedimentos de Aquisições e Contratações (pelo BID).</i></p>	1
Salvaguardas sociais e ambientais	Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco, que é consistente com a avaliação da equipe de projeto, por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda. Conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma estratégia ambiental para o projeto.	1	<ul style="list-style-type: none"> Toolkit ambiental concluído (3) Análise de Risco do Projeto realizada (3) 	<p><i>Não são necessárias ações de mitigação</i></p>	1
Outros	Risco de atraso na aprovação da operação decorrente das análises e conferências documentais realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como em razão da elegibilidade fiscal do Estado de Pernambuco no momento da negociação do contrato.	2	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de atrasos na contratação de outros empréstimos com entes subnacionais (Estados e Municípios) (1) 	<p><i>Monitoramento da elegibilidade fiscal do Estado e do cumprimento dos requisitos para contratação (inclusive LRF)</i></p> <p><i>Orientação às equipes estaduais para o cumprimento</i></p>	1

UTILIZAR PARA POD/PAL					
<i>Fatores de Riscos</i>	<i>Descrição do Risco</i>	<i>Cl de risco a</i>	<i>Nível de Análise</i>	<i>Medidas de Mitigação</i>	<i>Cl de risco a</i>
				<i>dos requisitos para contratação, inclusive no ROP-PROFISCO.</i>	
III. Risco Global (incluindo Riscos de Reputação)					
Itens de referência:					
<p>a Classificação de riscos com base em uma escala de quatro níveis, segundo a possibilidade de ocorrência e a magnitude do impacto adverso: 1: Risco Baixo 2: Risco médio 3: Risco alto 4: Risco muito alto</p> <p>b Outros exemplos incluem: incremento dos custos; ocorrência de fracassos em projetos similares; condições adversas externas que afetam o desenvolvimento do Projeto; custo/benefício do Projeto; e riscos específicos para operações em áreas afetadas por conflitos.</p> <p>c Três níveis de análise de risco em ordem ascendente: (1) Juízo informado; (2) trabalho/documento existente; (3) estudo/trabalho para o Projeto concluído / proposto</p> <p>d Síntese dos resultados da estratégia de salvaguardas</p>					